MAPEANDO A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DE PRODUÇÕES PUBLICADAS DE 2004 A 2023

Júlia Flávia Araújo Carvalhaes - Universidade Federal de Minas Gerais – juliafac@hotmail.com

Suzana dos Santos Gomes – Universidade Federal de Minas Gerais – suzanasgomes@gmail.com

Introdução

A análise do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) instituído pela Lei 10.861/2004 (Brasil, 2004) aponta para a existência em cada Instituição de Educação Superior (IES), de um instrumento formativo capaz de impor resistência a práticas de avaliação tecnocráticas, rompendo com a lógica estritamente regulatória voltada ao atendimento das necessidades do mercado: a autoavaliação institucional, conduzida em cada IES por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A compreensão da autoavaliação enquanto instrumento de resistência, exige a investigação de suas formas execução, instrumentos utilizados, oportunidades de aprimoramento, desafios enfrentados e participação da comunidade acadêmica em diferentes contextos. Neste sentido, os resultados aqui apresentados derivam da análise de 80 (oitenta) produções, dentre artigos, dissertações e teses, publicadas de 2004 a 2023, com o objetivo compreender o que o material revela sobre a autoavaliação institucional. Os dados aqui apresentados integram pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Metodologia

O estudo aqui apresentado possui natureza qualitativa, sendo caracterizado como uma pesquisa bibliográfica, onde a organização e a análise do material basearam-se na abordagem do Estado do Conhecimento (EC) (Morosini; Fernandes, 2014).

Uma busca por periódicos especializados, teses e dissertações foi realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD) e na Scientific Electronic Library Online (Scielo). A partir dos termos de busca: “auto-avaliação”, “autoavaliação institucional”, “avaliação

institucional", "Sinaes" e "Comissão Própria de Avaliação" e após dupla triagem, foram selecionadas 80 (oitenta) produções publicadas de 2004 a 2023. As produções encontradas foram organizadas em um quadro analítico contendo ano de publicação, título, autor(a), palavras-chave, resumo, tipo e categoria em que se enquadram, essa última definida a *posteriori* após leitura e análise do material selecionado.

No que se refere às categorias de análise, as pesquisas foram organizadas em: C1 – construção e implementação; C2 – autoavaliação e gestão institucional; C3 – articulação entre avaliação institucional interna e externa; C4 – percepções sobre a autoavaliação; e C5 – concepções avaliativas. Todas as categorias guardam relação direta com o processo de autoavaliação institucional de IES, com o trabalho da CPA, seus projetos, a percepção de seus membros e outros aspectos correlacionados. Na próxima seção serão apresentados e discutidos os principais achados de cada uma dessas categorias.

Discussão dos dados

Dentre as 80 produções analisadas nesta pesquisa, 30 (trinta) são artigos e 50 (cinquenta) são dissertações ou teses desenvolvidos, em sua maioria, em programas de pós-graduação na área da educação. Evidenciou-se a predominância de dissertações em relação aos artigos e às teses, sendo que de modo geral, o tema de todas as produções relaciona-se ao estudo dos instrumentos, metodologias e experiências institucionais na implementação da autoavaliação institucional e/ou na utilização de seus dados como instrumento de gestão acadêmica.

Quanto ao agrupamento do material em categorias, a categoria C1 – Construção e implementação concentrou o maior número de pesquisas (41%), seguida da C2 – Autoavaliação e gestão institucional (32%), C4 – Percepções sobre a autoavaliação (15%), C3 – Articulação entre avaliação institucional interna e externa e C5 – concepções avaliativas (6% cada).

Na categoria C1, foram reunidas pesquisas direcionadas para a compreensão da implementação do processo de avaliação institucional interna nas IES, incluindo investigações sobre metodologias adotadas, dinâmica de trabalho e funções das CPAs e perfil de seus membros. No grupo encontram-se pesquisas produzidas nos primeiros anos de Sinaes, a exemplo de Recktenvald (2005) que discute o impacto de experiências avaliativas anteriores na consolidação de uma cultura avaliativa favorável à

implementação do Sinaes; e de Dias (2007), que comparou o processo de construção da autoavaliação de IES públicas e privadas, bem como, pesquisas mais atuais que tratam de inovações no processo de avaliação interna (Baldigen, 2018).

A maior parte dos trabalhos reunidos nessa categoria consiste em estudos de caso sobre a implementação e operacionalização da autoavaliação institucional, ainda que produções que discutem a contribuição do trabalho desenvolvido pela CPA na consolidação de uma avaliação formativa (Tognarelli, 2010), pautada em uma formação cidadã (Lara, 2007) e multidisciplinar (Monteiro, 2021) também sejam encontradas.

Na categoria C2 agrupam-se pesquisas que discutem a relação entre os resultados obtidos no processo de avaliação institucional interna, o planejamento e a gestão acadêmica. Os autores retratam que as comunidades acadêmicas reconhecem a autoavaliação como um instrumento de gestão, buscando a interface do trabalho desenvolvido pelas CPAs com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das IES (Andrade, 2019; Santos, 2021). Enquanto alguns estudos apontam para um cenário positivo no que diz respeito a esta relação, outros observam que, na prática, ela se dá de modo frágil, carecendo de evidências concretas (Andrade, 2019; Rodrigues, 2017).

A categoria C3 reúne estudos que analisam as relações entre as avaliações institucional interna e externa. Dentre eles, a pesquisa de Batista (2020), que analisou tal relação a partir das "contradições, tensões e disputas pela hegemonia da concepção e modalidade de avaliação adotada", encontrando evidências de enfraquecimento e burocratização da atuação das CPAs, que por vezes, desempenham atividades operacionais e restringem o diálogo entre avaliação interna e externa à sua participação nas visitas *in loco*, ideia corroborada pelo trabalho de Silva (2015).

Na categoria C4 estão as pesquisas que analisam a percepção de diferentes sujeitos institucionais sobre a autoavaliação (Nascimento, 2011; Gomes, 2021). Foi possível identificar certa contradição nas perspectivas abordadas nas produções. De um lado, aquelas onde a comunidade acadêmica avalia positivamente o processo e demonstra engajamento (Nascimento, 2011), de outro, pesquisas que demonstram que há um longo caminho a ser percorrido em busca da consolidação de uma cultura de avaliação participativa e formativa em alguns contextos (Cavalcanti, 2019; Gomes, 2021).

As análises indicaram um padrão no reconhecimento de aspectos facilitadores e dificultadores do processo de autoavaliação institucional. Dentre os facilitadores estão o

apoio da comunidade acadêmica (Nascimento, 2011), a capacitação da CPA, a possibilidade de identificação de pontos positivos e negativos das instituições e o confronto das informações da avaliação com as metas estabelecidas no PDI. Dentre os dificultadores estão a falta de recursos físicos e financeiros (Gomes, 2021), a ausência de tempo de dedicação dos membros de CPA (Recktenvald, 2005; Gomes, 2021) e a baixa participação da comunidade acadêmica (Santos, 2021).

A criação da categoria C5 foi motivada pela identificação de uma discussão de cunho político que atravessa de modo recorrente os trabalhos mapeados: a disparidade entre a concepção de avaliação formativa prevista e defendida pelos formuladores do Sinaes e o desenvolvimento, ao longo do tempo, de práticas avaliativas com caráter burocrático e gerencial. As duas funções são compreendidas por Cavalcanti (2019), como aquela que representa a avaliação democrática e qualitativa, expressa na legislação (proativa), e aquela que se materializa nas práticas institucionais, muitas vezes em desacordo com os princípios legais, mas alinhada a lógicas mercadológicas (retroativa).

Dentre os caminhos sugeridos pelos autores para o resgate do caráter formativo da autovaliação institucional estão: o maior envolvimento dos gestores, o investimento em estratégias de sensibilização da comunidade acadêmica e na divulgação dos resultados e a construção de uma cultura institucional que compreenda o Sinaes como orientação, e não como modelo a ser reproduzido de forma acrítica.

Conclusões

Com o objetivo de compreender o que as produções acadêmicas revelam sobre a autoavaliação institucional, foram analisados 80 (oitenta) artigos, dissertações ou teses, publicados de 2004 a 2023. Os dados demonstraram uma mudança gradual no foco das pesquisas, acompanhando o amadurecimento da política nacional de avaliação da Educação Superior. Se, inicialmente, os estudos buscavam acompanhar a implementação dos processos autoavaliativos, descrevendo etapas, procedimentos e expectativas da comunidade acadêmica, progressivamente passaram a analisar processos já consolidados, identificando fragilidades e experiências exitosas.

É possível reconhecer padrões no que diz respeito à determinação dos fatores facilitadores e dificultadores do processo de autoavaliação institucional, dado que pode contribuir com a proposição de ações de melhoria pela própria comunidade acadêmica e

por agentes governamentais. Identifica-se ainda, como traço marcante das produções, a contraposição entre duas concepções avaliativas: a formativa e a burocrática, demonstrando que a disputa entre as duas continua como elemento central nas discussões sobre avaliação da Educação Superior no Brasil.

Referências

ANDRADE, C.D. de. **A avaliação institucional e o diálogo com os processos de planejamento e gestão em instituições privadas de educação superior do estado de Pernambuco**. 2019.181 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

BALDIGEN, F. A. **Maturidade e inovação na avaliação institucional nas instituições de ensino superior do setor público**. 2018. 110 p. Dissertação. (Mestrado em Engenharia de Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

BRASIL. Lei nº 10. 861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em: 02 mai. 2026.

BATISTA, M. E. **Possibilidades de (des)articulações entre autoavaliação e avaliação institucional externa no marco do Sinae**s. 2020. 382 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

CAVALCANTI, R. da. F. **O olhar dos servidores técnico-administrativos acerca da autoavaliação como parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) na Universidade Federal da Paraíba**. 2019. 88 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2019.

DIAS, T. C. **Auto-avaliação institucional no ensino superior**: uma análise comparativa do processo realizado em uma instituição pública e em uma instituição privada. 2007. 159 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2007.

GOMES, D. F. **SINAES no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)**: políticas, práticas institucionais e a visão de gestores e membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA). 2021. 346 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

LARA, M. R. de. **Avaliação institucional**: em busca de um currículo crítico-emancipatório em construção. 2007. 234 p. Tese (Doutorado em Educação) – Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

MONTEIRO, D. F. **Avaliação institucional da educação superior**: normas e saberes na constituição da atividade do coordenador da CPA na UEG. 2021. 238 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias) - Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, GO.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.18875. Acesso em: 10 mai. 2026.

NASCIMENTO, Z. B. **Avaliação institucional**: a percepção dos docentes em relação ao processo de autoavaliação da UFSM. 2011. 200 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Área de Concentração em Sistemas, Estruturas e Pessoas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2011.

RODRIGUES, E. E. de. S**. Políticas educacionais e processos de avaliação institucional na Universidade Estadual de Goiás - Campus Goianésia**. 2017. 168 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2017.

SANTOS, G. C. N. dos. **Contribuições e limites da avaliação institucional interna para a gestão escolar**: instrumentos e relatórios em discussão. 2021. 290 p. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Escolar, da Faculdade de Ciências e Letras - Campus Araraquara, Araraquara, 2021.

SILVA, A. L. da. **Avaliação Institucional no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**. 2015. 376 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

TOGNARELLI, V. R. **Avaliação institucional**: do processo construído à vivência do Sinaes. A consolidação do “sujeito coletivo institucional”. 2010. 255 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

RECKTENVALD, M. **A auto-avaliação das Instituições de Educação Superior catarinenses diante da consolidação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. 2005. 280 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.